



Waldemir Rodrigues



Waldemir Rodrigues

A oposição não queria que os governistas acumulassem presidência e relatoria da comissão, mas a reunião presidida por Paulo Duque (entre Tuma e Papaléo) terminou com a escolha de João Pedro e Jucá

Base do governo assume o comando da CPI da Petrobras

Os senadores João Pedro, Marcelo Crivella e Romero Jucá – integrantes da base do governo – são presidente, vice-presidente e relator da CPI da Petrobras, instalada ontem. A primeira reunião de trabalho da comissão parlamentar de inquérito foi marcada para 6 de agosto, após o recesso parlamentar. Os senadores opositores Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior apresentaram requerimentos de informações e de convocação de depoentes. **3**



Gerardo Magalhães

Congresso deixou para hoje votação da LDO

Por falta de acordo, o Congresso adiou para hoje a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010. Um dos pontos de divergência é o dispositivo que garante ao governo mais recursos para investir no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **2**

Senadores e deputados discutem a LDO no Plenário da Câmara: obstrução de partidos opositores impediu que projeto fosse votado ontem

Isenção de IPI para veículos escolares

Benefício fiscal aprovado ontem pela CAE pode estimular renovação da frota. **6**

Crédito para pessoa com deficiência

Projeto acolhido pela CAE estimula banco a abrir linha de crédito para cadeira de roda. **6**



José Cruz

Conselho de Ética se reúne para escolher novo presidente

O Conselho de Ética deve se reunir hoje para eleger o presidente e o vice-presidente do colegiado. Os novos conselheiros foram escolhidos ontem em Plenário. **4 e 5**

Rosalba Ciarlini, Garibaldi Alves, Jayme Campos e Delcídio Amaral na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Responsabilidade social está na pauta do Plenário

A sessão deliberativa tem início às 14h. Está prevista a votação, em segundo turno, de proposta de emenda constitucional (PEC 7/08) determinando que os objetivos de bem-estar e justiça sociais que orientam a ordem social serão avaliados por indicadores de responsabilidade a serem definidos em lei complementar. Essa é a primeira matéria da pauta de 42 itens.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, dirige, às 16h, a ordem do dia da sessão plenária.

Lei Eleitoral e rádios comunitárias

Às 8h30, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se para analisar 57 itens, sendo 51 deles sobre autorização para funcionamento de emissoras de rádio e TV. O primeiro item da pauta de votações altera a Lei Eleitoral para explicitar a aplicação das normas de propaganda eleitoral às rádios comunitárias.

Indenização a passageiros

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se, às 9h30, para analisar substitutivo a projetos que alteram o Código Brasileiro de Aeronáutica a fim de instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave. A indenização é também válida em caso de cancelamento de voo ou atraso superior a duas horas.

Direito de visita dos avós aos netos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina, às 10h, uma pauta de 54 itens, entre os quais projeto que altera o Código de Processo Civil para assegurar o direito de visita dos avós aos netos. Outro item é o substitutivo à proposta de emenda à Constituição que dá ao Senado Federal competência privativa para aprovar processos de demarcação de terras indígenas.

Convivência familiar

Substitutivo ao projeto que aperfeiçoa a sistemática que garante convivência familiar às crianças e aos adolescentes será analisado, às 9h, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Consta ainda da pauta proposta que dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família.

Indicação para embaixada

Consta da pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) mensagem presidencial que indica Brian Michael Fraser Neele para o cargo de embaixador do Brasil junto a Antígua e Barbuda. Também será analisado projeto que altera a lei sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. A reunião está marcada para 9h30.

Presidente da Anvisa apresenta relatório

O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello, participa de audiência pública, às 11h, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para apresentar o relatório anual de atividades da agência.

Inaugurada exposição de jogos tradicionais de todo o mundo

Quem visitar o Congresso até o dia 31 de julho poderá conferir a exposição *A Volta ao Mundo em 80 Jogos*, no Salão Negro do Senado Federal. A abertura da mostra foi feita na tarde de ontem pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF), que preside, no Distrito Federal, o conselho do Serviço Social do Comércio (Sesc). A entidade promove a exposição em parceria com o programa Senado Cultural.

O acervo é resultado de expe-

dições realizadas pelo pesquisador Maurício Lima, do Instituto Gerson Sabino. Os visitantes vão passear pelos cinco continentes, por meio dos jogos de quebra-cabeças, desafio e estratégia que resgatam a história de culturas milenares, com atividades lúdicas, pedagógicas e interativas.

Para facilitar a interação das crianças com as peças, a idade mínima recomendada para os visitantes é de 4 anos.

Aprovação das diretrizes orçamentárias foi adiada por falta de acordo sobre pontos do projeto, crédito para reformar Palácio do Planalto e instalação do Conselho de Ética



Sessão do Congresso no Plenário da Câmara: líderes na Comissão de Orçamento tentam acordo em reunião às 11h

Congresso retoma às 16h de hoje sessão para votar LDO

O CONGRESSO NACIONAL deve retomar hoje, às 16h, a sessão destinada a apreciar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010.

A reunião foi suspensa após obstrução anunciada pelos partidos oposicionistas, desta vez não mais para pressionar os governistas a instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, o que aconteceu ontem (*leia mais na página 3*), mas devido à falta de acordo com relação a vários pontos do projeto, ao crédito destinado à reforma do Palácio do Planalto e à instalação do Conselho de Ética (*leia mais na página 4*).

Um dos principais entraves na LDO, sobre os quais os líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento (CMO) tentam

acordo hoje às 11h, é a possibilidade de o governo federal abater os gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da meta do superávit primário. Isso aumentaria os recursos à disposição para investimentos em ano eleitoral, o que preocupa a oposição.

Outro ponto polêmico é a mudança nos critérios para a fixação de preços de materiais e serviços empregados em obras públicas. O Tribunal de Contas da União (TCU), apoiado pelos partidos de oposição, recomenda a manutenção da regra prevista na LDO de 2009, que estabelece como limites máximos para esses gastos os preços das tabelas elaboradas pela Caixa Econômica Federal e pelo Departamento Nacional

de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A mudança proposta permite gastos até 10% superiores aos preços previstos nessas tabelas.

Créditos

Ainda ontem, a CMO aprovou dois projetos de créditos adicionais no valor total de R\$ 1,52 bilhão. Os projetos destinam recursos à Presidência da República e aos ministérios dos Transportes, das Cidades e da Integração Nacional. O colegiado aprovou também convite para que o ministro do Planejamento, Guido Mantega, preste esclarecimentos sobre o programa Minha Casa, Minha Vida.

A comissão tem nova reunião hoje, às 14h30, para apreciar outros créditos adicionais.

Comissão Representativa

Os parlamentares indicados pelo Senado e pela Câmara para a comissão, cuja função é deliberar sobre questões urgentes durante o recesso parlamentar, são:

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Adelmir Santana (DEM-DF)	Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
Aloizio Mercadante (PT-SP)	Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Demostenes Torres (DEM-GO)
Cristovam Buarque (PDT-DF)	Gim Argello (PTB-DF)
Epitácio Cafeteira (PTB-MA)	Inácio Arruda (PCdoB-CE)
João Ribeiro (PR-TO)	Paulo Duque (PMDB-RJ)
Valter Pereira (PMDB-MS)	Wellington Salgado (PMDB-MG)
Valdir Raupp (PMDB-RO)	
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
Antonio Andrade (PMDB-MG)	Ilderlei Cordeiro (PPS-AC)
Arnaldo Jardim (PPS-SP)	Giovanni Queiroz (PDT-PA)
Duarte Nogueira (PSDB-SP)	José Edmar (PR-DF)
Guilherme Campos (DEM-SP)	Jorginho Maluly (DEM-SP)
Manuel Júnior (PSB-PB)	José Fernando Aparecido de Oliveira (PV-MG)
Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG)	Laerte Bessa (PMDB-DF)
Mauro Benevides (PMDB-CE)	Leonardo Monteiro (PT-MG)
Onix Lorenzoni (DEM-RS)	Leonardo Vilela (PSDB-GO)
Paes Landim (PTB-PI)	Luiz Bittencourt (PMDB-GO)
Pedro Chaves (PMDB-GO)	Marcos Montes (DEM-MG)
Reginaldo Lopes (PT-MG)	Nelson Meurer (PP-PR)
Ricardo Quirino (PR-DF)	Paulo Roberto Pereira (PTB-RS)
Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)	Pedro Wilson (PT-GO)
Rômulo Gouveia (PSDB-PB)	Professor Rui Pauletti (PSDB-RS)
Rubens Ottoni (PT-GO)	Regis de Oliveira (PSC-SP)
Sarney Filho (PV-MA)	Silvio Costa (PMN-PE)
Virgílio Guimarães (PT-MG)	Vander Loubet (PT-MS)

Senado define comissão para o recesso

Os nomes indicados pelos líderes partidários para compor a Comissão Representativa foram aprovados ontem pelo Plenário. O colegiado tem a atribuição de deliberar sobre questões urgentes durante o recesso parlamentar, que vai do dia 18 a 31 de julho. Integram a Comissão Representativa oito senadores e 17 deputados como titulares, e igual número de suplentes.

No Senado, apenas sete suplentes foram indicados. A Câmara dos Deputados também já indicou seus representantes.

Senador petista escolheu o líder do governo, Romero Jucá, como relator. Vice-presidente, Marcelo Crivella também faz parte da base de apoio

CPI da Petrobras é instalada e João Pedro, eleito presidente

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) da Petrobras foi instalada ontem e elegeu como presidente o senador João Pedro (PT-AM), que escolheu o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR). Como vice-presidente, foi eleito o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Os três integram a base de apoio ao governo. Assim que foi eleito, João Pedro anunciou que a próxima reunião do colegiado ocorrerá no dia 6 de agosto, logo após o recesso, quando o relator deve apresentar sua proposta de plano de trabalho para a comissão.

Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e José Agripino (DEM-RN) criticaram a

base do governo por acumular os cargos de presidente e relator. Eles argumentaram que haveria uma tradição na Casa segundo a qual o comando das CPIs seria dividido com a oposição. Para Alvaro Dias, "esse desrespeito à tradição faz da comissão uma CPI chapa-branca". Já Agripino avaliou que o empenho do governo em acumular esses cargos revela "seu temor quanto às possíveis conclusões das investigações a serem feitas".

Ao contestar esses parlamentares, o líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), afirmou que essa tradição nunca existiu. Ele lembrou aos colegas que durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso o PT não ocu-

pou a relatoria de nenhuma CPI.

João Pedro foi eleito com oito votos, enquanto o candidato da oposição, Alvaro Dias, recebeu três votos.

Questionado por jornalistas se a Fundação José Sarney – acusada de desviar recursos da Petrobras – será investigada, Romero Jucá respondeu que essa questão ainda será analisada pela CPI.

– Ainda não há nenhuma decisão – disse Jucá.

Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) apresentaram ontem uma série de solicitações de depoimentos e informações sobre a estatal. João Pedro afirmou que na reunião de 6 de agosto serão apreciados requerimentos.



ACM Júnior (E), Alvaro Dias e Tasso Jereissati: oposição pede informações

Alvaro Dias e ACM Júnior apresentam 76 requerimentos

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento à CPI da Petrobras para solicitar à Polícia Federal cópia do inquérito sobre supostas irregularidades na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Já o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) solicitou a convocação de quatro diretores da empresa Camargo Corrêa, acusada nas denúncias sobre a Refinaria Abreu e Lima. Ambos os parlamentares pedem, também, que a Polícia Federal forneça cópia do inquérito sobre a Operação Águas Profundas.

Antonio Carlos Júnior solicita ainda a convocação de depoentes para tratar das denúncias de irregularidades no uso das verbas que a Petrobras libera a título de patrocínio. Alvaro Dias, por sua vez, pede que a Fundação José Sarney apresente cópias de todas as prestações de contas e notas fiscais re-

lativas às ações financiadas com verbas de patrocínio da estatal.

No total, Alvaro Dias apresentou 28 requerimentos à CPI, dos quais seis tratam de convocações e convites para depoimentos e 22 se referem a solicitações de informações e documentos. Já Antonio Carlos Júnior apresentou 48 requerimentos, com mais de 40 convocações e convites para depoimentos, além de solicitação de informações. O senador pela Bahia pede a convocação de pessoas ligadas à Agência Nacional do Petróleo (ANP) e à Petrobras e de pessoas ligadas a empresas que prestam ou prestaram serviços à estatal e, ainda, de diversas pessoas citadas em investigações da Polícia Federal.

Alvaro Dias também apresentou à Mesa do Senado outros 15 requerimentos de informações e de documentos.



Em primeiro plano, João Pedro (E), Jucá, Crivella, Jefferson Praia e Demostenes Torres na primeira reunião da CPI da Petrobras

Como é a Petrobras e o que vai ser investigado

Maior empresa brasileira tem sido alvo de denúncias da imprensa, que agora podem ser esclarecidas

Receitas líquidas de **R\$ 215,1 bilhões**

208.962 acionistas

16 refinarias, que produzem **1.978.000 barris por dia**

Frota de **189 navios**, dos quais **54** de propriedade da Petrobras

54.911 empregados

25.197 km de dutos

13.174 poços produtores

109 sondas de perfuração

112 plataformas de produção

5.998 postos de abastecimento

Liderança absoluta

Empresas da Petrobras estão entre as dez maiores do país em lucro líquido em 2008 (em milhões de reais)

Empresa	Setor	Lucro
1ª Petrobras	Energia	15.605,3
2ª Vale	Mineração	9.105,3
3ª Eletrobrás	Energia	2.625,8
4ª CSN	Siderurgia e metalurgia	2.000,7
5ª Usiminas	Siderurgia e metalurgia	1.390,2
6ª Telemar	Telecomunicações	650,6
7ª Gerdau Aços Longos	Siderurgia e metalurgia	621,6
8ª Chesf	Energia	615,0
9ª Visanet	Serviços	596,4
10ª BR Distribuidora	Atacado	551,6

Fonte: Ranking "Maiores e Melhores de 2008" da revista Exame

Pontos que devem ser esclarecidos

- Indícios de fraude nas licitações de plataformas de exploração de petróleo apontados pela Operação Águas Profundas, da Polícia Federal
- Superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontado em relatório do Tribunal de Contas da União e incluído na Operação Castelo de Areia
- Desvio de dinheiro dos royalties do petróleo, apontado pela Operação Royalties, que envolveria esquema entre a ANP e várias prefeituras do Rio de Janeiro
- Uso de artifícios contábeis para o não recolhimento de impostos e contribuições no valor de R\$ 4,3 bilhões
- Fraudes investigadas pelo Ministério Público no pagamento de acordos e indenizações pela ANP a usineiros
- Irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal
- Empréstimo de R\$ 2 bilhões tomado na Caixa
- Venda do combustível para termelétricas do Norte a preços acima da média de mercado, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Fonte: Requerimento de criação da CPI

Em documento endereçado a Roberto Gurgel, senador confere poderes à Procuradoria-Geral da República para obter informações sobre depósito no exterior, entre os anos de 1999 a 2001, conforme denúncia publicada pela revista *Veja*

Sarney pede ao procurador investigação sobre conta

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, protocolou ontem, na Procuradoria-Geral da República (PGR), ofício solicitando investigação relativa a suposta existência de contas em dólares mantidas por ele no exterior. A medida já havia sido anunciada em nota à imprensa no sábado, depois de denúncia na revista *Veja* de que investigações realizadas após a liquidação do Banco Santos indicaram que Sarney teria mantido, entre 1999 a 2001, contas fora do Brasil não declaradas à Receita Federal.

No documento endereçado ao procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, Sarney confere poderes



Sarney se compromete a assinar todos os documentos necessários à apuração

à Procuradoria para obter informações sobre contas bancárias, ações, depósitos, investimentos, propriedades ou qualquer tipo

de movimentação financeira, em qualquer moeda ou valor, que eventualmente tenha possuído, em qualquer época.

Para isso, afirma que, se necessário, outorga as "competentes permissões previstas na lei brasileira, nos tratados e convenções internacionais e nas leis de quaisquer outros países". Ainda no ofício, Sarney se compromete a assinar todos os documentos "necessários para essa ampla e cabal investigação, a fim de verificar minudentemente meus ativos financeiros e econômicos fora do Brasil". Segundo a assessoria de imprensa da Presidência do Senado, com esse documento, Sarney concede à PGR os instrumentos necessários para que investigue sua vida perante as instituições financeiras internacionais.

Virgílio solicita processo disciplinar contra senador

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem, em Plenário, o envio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de pedido de instauração de processo disciplinar contra o senador José Sarney, presidente da Casa. Na opinião de Virgílio, Sarney teria mentido ao Senado sobre sua atuação junto à fundação que leva o seu nome, o que configuraria quebra de decoro parlamentar.

Durante pronunciamento de mais de uma hora, que contou com aparte de nove senadores, Virgílio defendeu a imediata aprovação dos nomes dos integrantes do conselho e a instalação, logo em seguida, do colegiado, com a eleição de seu presidente. Ele afirmou ter recebido notícias a respeito de uma suposta quebra de seu sigilo fiscal, o que interpretou como uma tentativa de intimidação.

— Há suspeitas de que tenham quebrado meu sigilo fiscal e torço para estar equivocado. Estamos vivendo um quadro de



Para Virgílio, Sarney teria mentido à Casa sobre sua atuação junto a fundação

absoluta intimidação. Não temi o general Geisel, vou temer agora o general José Sarney? Estou convencido de que ele faltou com a verdade, por isso fui ao Conselho de Ética — asseverou.

Virgílio recordou que a Fundação José Sarney tem sido objeto de "graves denúncias" de desvios de recursos públicos provenientes de patrocínio da Petrobras, por meio da Lei Rouanet. Para obter as verbas, a fundação comprometeu-se

a instalar computadores nos corredores do museu, localizado em um convento histórico no centro da capital do Maranhão, para que os visitantes pudessem consultar documentos referentes ao período em que Sarney ocupou a Presidência da República. Até junho, porém, nenhum computador havia sido colocado à disposição dos visitantes, segundo o senador.

O líder tucano citou reportagens publicadas em diversos

órgãos da imprensa segundo as quais empresas prestadoras de serviço com endereço fictício teriam ficado com R\$ 500 mil, de R\$ 1,3 milhão destinado à fundação. Em resposta, prosseguiu o senador, Sarney informou que não tinha responsabilidade administrativa sobre a fundação.

— Entretanto, o presidente José Sarney faltou com a verdade no Plenário do Senado Federal ao fazer essa afirmação. Segundo os estatutos da fundação, o seu presidente vitalício é José Sarney. Quando ele morrer, a presidência caberá à sua mulher. E, depois da morte dela, a cada um dos três filhos. Na falta deles, assumirá um dos netos, em seguida outro, e assim sucessivamente. É um negócio familiar, que sempre terá responsabilidade gerencial da família Sarney — disse Virgílio.

Segundo o estatuto da fundação, recordou o líder do PSDB, cabe ao presidente do Senado assumir as "responsabilidades financeiras" da organização.

Parlamentares cobram instalação do Conselho de Ética

Em apertes a Arthur Virgílio, dois senadores — Pedro Simon (PMDB-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF) — pediram que José Sarney renuncie à Presidência do Senado. Os demais apertantes solicitaram respostas rápidas à crise por que passa a instituição, como a imediata instalação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Simon disse que tem sentido vergonha pela crise no Senado e admitiu estar pensando em "ir para casa", por acreditar que não tem condições de "fazer mais nada". O senador afirmou que, no início da atual crise, acreditava que seria o caso de Sarney pedir uma licença do cargo, mas agora, afirmou, a licença não seria mais suficiente. — Sarney deveria ter a gran-

deza de renunciar. Essa seria a melhor coisa, um ato histórico, um ato de grandeza.

Em apoio a Simon, Cristovam recordou que também já havia pedido a Sarney que se licenciasse do cargo. Hoje, disse, já não se trata mais de licença, e o presidente do Senado corre o risco de perder o cargo.

— Simon deu um salto adiante, já se trata de renúncia. Se demorar mais, pode ser a cassação de mandato. Sarney está caminhando em direção ao que é ruim para ele, para nós, para o Senado. Sérgio Guerra (PSDB-PE) classificou a situação da Casa como devastadora e afirmou que o

principal objetivo da instituição neste momento deveria ser o de encurtar a crise. Renato Casagrande (PSB-ES) manifestou preocupação em relação à composição do Conselho de Ética. A seu ver, caso essa composição seja vista pela sociedade como a de um colegiado criado para "cumprir ordens", vai prejudicar ainda mais a imagem da Casa.

A paciência da sociedade com o Senado "deve estar se esgotando", afirmou José Nery (PSOL-PA). Por isso, ele voltou a defender a criação de uma CPI para investigar as denúncias de irregularidades na

administração da Casa. Alvaro Dias (PSDB-PR) frisou que caberá a cada senador dizer se está ao lado da instituição ou de Sarney.

O primeiro passo para se iniciar o resgate do Senado, na opinião do líder do DEM, José Agripino (RN), deve ser a instalação do novo Conselho de Ética. Somente após a eleição do presidente do conselho, afirmou, é que deveriam ter prosseguimento as votações na Casa. Jefferson Praia (PDT-AM), por sua vez, disse ter dúvidas se a crise se encerraria apenas com a mudança do presidente.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiou a coragem de Virgílio ao apresentar suas denúncias. Na sua opinião, essa é uma atitude que a sociedade espera dos parlamentares.

Renovação

Indicada pelos líderes partidários, chapa única com a nova composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar recebeu 54 votos favoráveis

Titulares	Suplentes
Demostenes Torres (DEM-GO)	Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
Eliseu Resende (DEM-MG)	Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Wellington Salgado (PMDB-MG)	Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	Mão Santa (PMDB-PI)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	Lobão Filho (PMDB-MA)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	João Vicente Claudino (PTB-PI)
Jim Argello (PTB-DF)	Jefferson Praia (PDT-AM)
João Durval (PDT-BA)	Delcídio Amaral (PT-MS)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	Ideli Salvatti (PT-SC)
João Pedro (PT-AM)	Eduardo Suplicy (PT-SP)
João Ribeiro (PR-TO)	Augusto Botelho (PT-RR)
Inácio Arruda (PCdoB-CE)	

Presidente do Conselho de Ética deve ser eleito hoje

Aprovados ontem em Plenário, novos membros terão pela frente representações contra os senadores José Sarney e Renan Calheiros

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem à tarde a nova composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A chapa única indicada pelos líderes partidários recebeu 54 votos favoráveis, com três abstenções.

Os novos conselheiros devem se reunir hoje para escolher o presidente e o vice-presidente. O mandato dos últimos conselheiros havia terminado em janeiro e, desde então, não haviam sido eleitos os substitutos.

Dois representações e

duas denúncias aguardam a retomada dos trabalhos do Conselho de Ética.

O PSOL apresentou contra o presidente do Senado, José Sarney, e contra o ex-presidente Renan Calheiros (PMDB-AL) devido ao fato de atos administrativos da Casa não terem sido publicados. Já o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), denunciou Sarney por quebra de decoro parlamentar em razão dos mesmos atos e por supostamente ter mentido sobre sua ligação com a Fundação José Sarney.

Ausência de governistas leva oposição à obstrução

Os senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmaram ontem que pre-

tendem obstruir qualquer votação em Plenário, inclusive a da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010, enquanto não for eleito o novo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, cuja nova composição foi aprovada ontem.

Demostenes Torres e Marisa Serrano anunciaram a decisão após aguardar, por cerca de duas horas, a presença de senadores governistas, o que inviabilizou a eleição.

Até então, a condição imposta pelos oposicionistas para votar a LDO em Plenário era a instalação da CPI da Petrobras, o que aconteceu ontem à tarde. Enquanto a LDO não for apreciada, o Congresso Nacional não pode dar início

ao recesso parlamentar (de 18 e 31 de julho).

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que também esperou pela reunião, manifestou a intenção de obstruir as votações pelo mesmo motivo.

Segundo Demostenes, os parlamentares da base do governo não compareceram por falta de consenso em torno do nome a ser indicado para presidir o Conselho de Ética. Na opinião do senador, o PMDB teme que, se o presidente for um parlamentar de outro partido, a representação do PSOL ou as denúncias do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) contra o presidente do Senado, José Sarney, poderão resultar em pedido de cassação de mandato.

A reunião para eleger o novo presidente deverá ser presidida por Paulo Duque (PMDB-RJ).

Conforme parlamentar, medida que vai solicitar às duas instituições é uma resposta à denúncia publicada na edição desta semana da revista *IstoÉ*, segundo a qual ele teria recebido comissão de 30% para que empresas fossem incluídas como fornecedoras da Casa

Efraim quer auditoria do MP e do TCU em contratos do Senado

EFRAIM MORAIS (DEM-PB) anunciou ontem, em Plenário, que irá encaminhar ofício ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Tribunal de Contas da União (TCU) solicitando auditoria em todos os contratos realizados pelo Senado desde 2003. A medida, observou, é uma resposta à denúncia publicada na edição desta semana da revista *IstoÉ* segundo a qual Efraim teria recebido comissão de até 30% para que empresas fossem incluídas como fornecedoras do Senado.

— Não vou fazer defesa porque não há como refutar o que não existiu. Efraim leu declaração do funcionário do Senado Aloysio de Brito Vieira, ex-presidente da Comissão de Licitação da Casa, na qual nega irregularidades em processos de licitação e afirma desconhecer "fato que desabone ética ou moralmente a atuação parlamentar ou pessoal" dos senadores citados

pela revista, entre os quais Efraim.

Ele também contestou matéria do jornal *Correio Braziliense* que teria divulgado informações incorretas sobre a Operação Mão de Obra, da Polícia Federal. — Começou pelo *Correio Braziliense*. Cento e poucos dias de manchete e fotografia sem repercussão em outro jornal ou televisão, em nenhum meio de comunicação. E agora, a revista *IstoÉ* requeitando a matéria, matéria montada com o objetivo de atingir este senador.

O senador ressaltou que, em relação à Operação Mão de Obra, tanto o juiz federal que deferiu o monitoramento telefônico dos supostos envolvidos como o procurador do MP que remeteu



"Não há como refutar o que não existiu", diz Efraim Morais

os autos à Procuradoria da República no Distrito Federal julgaram não haver envolvimento de senadores e, portanto, ser desnecessário o envio dos documentos à Procuradoria-Geral da República. Efraim leu comunicação de setembro de 2008 do MP no Distrito Federal segundo

a qual nenhum senador era investigado no processo resultante da operação.

O parlamentar afirmou também que, em 2008, encaminhou ofício à PF solicitando a abertura de seus sigilos fiscal, bancário e telefônico, tendo em vista a ação penal referente à Operação Mão de Obra, atitude que, segundo ele, "muitos homens públicos não teriam coragem de fazer".

Efraim pediu formalmente ao líder do Democratas, José Agripino (RN), que protocole pedido ao MP e ao TCU solicitando auditoria nos contratos da Casa. Em resposta, Agripino parabenizou Efraim pelo pronunciamento e anunciou que o partido subscreverá o ofício, para que não resem dúvidas sobre as investigações. Afirmou ainda que o documento será examinado pela bancada e "servirá de reparo à sua imagem de homem público do Brasil e da Paraíba".

Ouvido na CPI da Pedofilia, ex-prefeito de Coari nega acusação

Em reunião que se estendeu por mais de cinco horas, os senadores da CPI da Pedofilia colheram o depoimento do ex-prefeito de Coari (AM) Manoel Adail Amaral Pinheiro; da ex-secretária de Ação Social do município Maria Landia dos Santos; e do ex-sócio da Agência Mega Models, Fabio Martins Marques.

Os três estão sendo investigados por suspeita de ligação com rede criminoso no Amazonas, descoberta pela Operação Vorax, da Polícia Federal. O ex-prefeito negou qualquer envolvimento com práticas de pedofilia e acusou opositores de fabricarem as acusações contra ele.

De acordo com o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES) — que teve acesso aos autos da investigação da PF, contendo inclusive a degravação de conversas telefônicas entre os envolvidos —, o ex-prefeito é suspeito de ter praticado relações sexuais com uma modelo menor de idade con-

tratada pela Agência Mega Models para evento festivo patrocinado pela Prefeitura de Coari quando ele ainda era prefeito. Adail teria assediado a menor durante viagem de barco entre Tefé e Coari, estando ela e mais três modelos no barco, além de Fabio Martins Marques. Apenas uma das quatro modelos era menor.

Como os três depoimentos apresentaram divergências, a CPI aprovou durante a reunião duas acareações: a primeira entre Fabio e Adail e a segunda entre Adail e Landia. Tanto Adail quanto Landia falaram pouco durante seus depoimentos, pois lançaram mão, por diversas vezes, do direito constitucional de permanecerem calados. Ambos também não afirmaram nem negaram nada durante as acareações.

Adail disse que não viu nem Fabio nem as quatro modelos durante a viagem de barco, mas Fabio garantiu que o então prefeito viu todos no barco, jantou com os passageiros e levou duas das modelos maiores de idade para suas acomodações na embarcação. Landia, acusada de agenciar mulheres e adolescentes para o então prefeito, não respondeu à maioria das perguntas, limitando-se a dizer que nunca viu pedofilia em Coari.

Adail se disse surpreso com as acusações, as quais atribuiu à "oposição política extremamente desonestada" de Coari. Segundo ele, a "denúncia foi fabricada politicamente", em uma ação política para prejudicá-lo. O ex-prefeito atribuiu as denúncias à uma "perseguição e armação política". Adail afirmou que não teve

contatos com as modelos dentro do barco, mas, quando foi contestado por Fabio na acareação, preferiu ficar calado.

Também participaram da reunião da CPI da Pedofilia os senadores Demostenes Torres (DEM-GO), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Romeu Tuma (PTB-SP), Papaléo Paes (PSDB-AP), José Nery (PSOL-PA) e deputados estaduais e federais do Amazonas.

Reconvocação

Os depoimentos do empresário Otávio Raman Neves e do ex-delegado da Polícia Civil Osvaldo Figueiredo Maia foram adiados para hoje. Já os outros três convocados não compareceram: o ex-secretário de Administração de Coari Adriano Teixeira Salan; o ex-secretário de Comunicações do município Valcione Carvalho; e o sócio de Fabio na Agência Mega Models, Carlos Alexandre Oliveira Correa. Eles devem ser reconvocados.



Presidente da CPI, Magno Malta (2º à direita) observa intervenção de Romeu Tuma (E) durante reunião em que foram tomados depoimentos de envolvidos em abusos contra menores

Senadores da CAE foram unânimes em defender projeto de Cristovam Buarque que incentiva a renovação da frota escolar de estados e municípios

Seguro de vida para menores de 14

A CAE decidiu revogar o dispositivo legal que proíbe a contratação de seguro de vida para menores de 14 anos ao aprovar relatório do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) a projeto apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com Colombo, a proibição, adotada em 1940 para conter abusos, perde a razão de existir nos dias atuais, visto que a proteção aos menores está assegurada tanto pela Constituição federal quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A proposta original foi encaminhada à CCJ pela Procuradoria-Geral da República. O projeto (PLS 442/08) segue agora para análise do Plenário.

Um pedido de vista, encabeçado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), adiou a votação do projeto (PLC 34/06) que altera a alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) do setor de telecomunicações.



Comissão de Assuntos Econômicos também acolheu autorizações para que o Pará e o Distrito Federal contraiam empréstimos no exterior

Aprovada isenção de IPI para governo comprar ônibus escolar

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade e em decisão terminativa, projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos escolares pelos governos dos estados e do Distrito Federal e pelas prefeituras.

Todos os senadores presentes à reunião enalteciam a aprovação da proposta. Segundo eles, a isenção irá permitir a renovação da frota de veículos escolares, especialmente em cidades mais pobres, beneficiando milhões de estudantes.

O relator, Roberto Cavalcanti (PRB-PB), observou que, na maioria dos municípios brasileiros, os ônibus e as vans utilizados no transporte

escolar público estão em condições precárias, colocando em perigo crianças e adolescentes.

De acordo com a proposta (PLS 20/08), a isenção não se aplica se o veículo for usado em atividade diversa do transporte escolar ou vendido para outra destinação.

Empréstimos

A comissão acolheu ainda, em regime de urgência, autorização de empréstimo no valor de US\$ 10 milhões entre o governo do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão usados no programa de apoio à modernização e à transparência fiscal do estado.

Foi aprovada também em regime de urgência autorização para que

o governo do Distrito Federal faça empréstimo de US\$ 130 milhões com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O dinheiro será aplicado na modernização fiscal da estrutura administrativa.

Ambas as solicitações serão agora submetidas ao Plenário do Senado.

Na mesma reunião, um pedido de vista adiou a votação do projeto (PLS 193/09) que cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidade Pública (Fasec).

De acordo com o texto, o Fasec tem por objetivo assegurar recursos para atender à população atingida por desastres naturais, recuperar a infraestrutura danificada e restaurar a prestação de serviços públicos.

Juro baixo para pessoa com deficiência

Projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aprovado ontem pela CAE estabelece que o valor das taxas de juros cobradas seja no máximo equivalente ao da caderneta de poupança para a compra de equipamentos, como cadeira de roda eletrônica, para pessoas com deficiência.

O relatório do senador Eliseu Resende (DEM-MG) foi favorável ao projeto (PLS 123/06), que prevê ainda que se fixe o valor do financiamento entre um e 20 salários mínimos, independentemente do custo do bem ou serviço, e se estipule o prazo de amortização em, no máximo, 36 meses.

O relator apresentou emenda para permitir aos bancos condicionar a liberação dos recursos à apresentação de garantias, como caução real, fiança, aval ou autorização para o desconto das parcelas em folha de pagamento.

O projeto será agora analisado, em caráter terminativo, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Ação tributária dos estados pode ameaçar ganhos com redução do IPI

O risco de a substituição tributária – regime em que a responsabilidade pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS) devido é repassada a outro contribuinte – inviabilizar os benefícios da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida a alguns setores pelo governo federal deu o tom do debate proposto pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e realizado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– A forma como se faz a substituição tributária é algo

que preocupa, porque vem na contramão da desoneração fiscal feita pelo governo federal para aquecer a economia. Assim, a substituição pode acabar levando ao aumento da carga tributária – advertiu Ideli.

Esse temor foi rebatido pelo consultor tributário Luciano Garcia Miguel, representante da Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo.

A substituição tributária vem sendo aplicada desde a década de 1980 não só para aumentar a arrecadação, mas também para estabelecer uma tributação mais

justa, afirmou ele.

Para o consultor, o aumento da arrecadação em alguns estados é devido à eficiência da substituição tributária no combate à sonegação, e não a um acréscimo de carga tributária. Ele também registrou o esforço do governo paulista junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) na defesa da harmonização das regras da substituição tributária, para que não acabe por incentivar uma guerra fiscal entre os estados.

A unificação dessas regras nos 26 estados e no Distrito Federal

também foi defendida pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), Melvyn Fox, que reforçou proposta do setor de redução de 50% nas alíquotas do ICMS.

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) avaliou que a substituição tributária é inoportuna em momento de crise financeira, por afetar o capital de giro das empresas. Mas aplaudiu a concessão de incentivo fiscal para movimentar a economia interna e endossou pleito de Melvyn Fox de se prolongar a desoneração

do IPI na construção civil.

O presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), Lourival Kizula, também assinalou vantagens na convergência das regras na substituição tributária. Ele aproveitou para comemorar o impacto favorável da redução do IPI – que variou da isenção total para fogões e tanquinhos à diminuição de 20% para 10% nas máquinas de lavar e de 15% para 5% nas geladeiras – sobre as vendas no varejo e os empregos no setor.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo • Serys Slhessarenko • Mão Santa • Romeu Tuma

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Reivindicação de Rondônia será votada em agosto, diz Raupp

A transferência parcial da folha de pagamentos do estado de Rondônia para a União, prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC 483/05) da senadora Fátima Cleide (PT-RO), deve ser votada em agosto pela Câmara dos Deputados, conforme anunciou o presidente daquela Casa, Michel Temer. A informação foi assinalada ontem em Plenário pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

– Há de se destacar a relevância desta PEC no processo de saneamento das finanças do estado, canalizando recursos em projetos para áreas que se encontram em situação crítica – afirmou ele, referindo-se às áreas de educação, saúde e segurança.

Segundo Raupp, a proposta repara questão trabalhista dos servidores que foram transferidos do então território para o estado de Rondônia. Grande



Valdir Raupp: proposta é relevante no saneamento das finanças do estado

parte deles sofre prejuízos financeiros por causa das diferenças salariais entre estado e União.

– Trata-se de uma peça normativa de fundamental relevância para o reparo de uma injustiça há muito reclamada pela sociedade de Rondônia – disse o senador, ao endossar a decisão de Michel Temer de acelerar a votação da proposta.

Expedito cobra transferência de servidores para folha da União

O senador Expedito Júnior (PR-RO) voltou a defender ontem a transferência dos servidores públicos do então território de Rondônia para a folha de pagamento da União, prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC 483/05) que aguarda votação na Câmara dos Deputados.

– Há quatro anos estamos esperando essa votação. Se isso não acontecer, no início de setembro vamos ter aqui a maior manifestação do estado de Rondônia, com os servidores públicos na Câmara exigindo o mesmo tratamento dado aos demais ex-territórios, como Roraima e Amapá – avisou.

Expedito também registrou a invasão da hidrelétrica de Jirau por parceiros, pequenos produtores rurais de Rondônia, impedindo a construção da usina. É um protesto contra a



Senador reclama para seu estado tratamento dado a Amapá e Roraima

recusa do governo em construir a usina em Rio Vermelho, em vez de na área do Bom Futuro, reivindicada pelos parceiros.

– O Palácio assumiu o compromisso de enviar para cá uma medida provisória. Isso até agora não aconteceu – disse, recebendo o apoio dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Hoje é quase impossível perder imóvel, diz presidente da Caixa

Os aperfeiçoamentos feitos a partir de 2004 no sistema financeiro habitacional tornaram praticamente impossível alguém vir a perder o seu imóvel financiado por aumento excessivo do saldo devedor ou inadimplência justificada, como a perda do emprego. A análise é da presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Maria Fernanda Ramos Coelho, entrevistada no programa *Agenda Econômica*, da TV Senado.

Segundo Maria Fernanda, é coisa do passado o cenário em que a Caixa aparecia como uma das maiores “imobiliárias” do país, tamanho o seu estoque de imóveis tomados dos inadimplentes.

A Caixa trabalha hoje com um sistema em que não há salto no saldo devedor e em que as prestações são decrescentes e “funcionam como se a pessoa estivesse pagando um aluguel”,

disse Maria Fernanda.

A presidente da Caixa observou, ainda, que os juros das transações imobiliárias na instituição hoje vão de 6% até 11,5% ao ano.

Sobre aplicações na área de saneamento básico (rede de esgotos e água encanada), Maria Fernanda explicou que há uma diferença de fluxos na comparação dos exercícios financeiros. No exercício de 2009, estão previstas aplicações de R\$ 4,5 bilhões e até agora foram aplicados apenas 5% desse total. Considerando os dois últimos exercícios, contudo, foram aplicados até então R\$ 17 bilhões no setor – explicou.

Esse atraso se deve, em parte, aos cuidados do Ministério das Cidades e da Caixa na análise dos projetos das prefeituras.

– Os projetos têm de ser bons e têm de respeitar o meio ambiente – disse.

Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente farão audiência sobre os mecanismos de controle para o plantio da primeira safra, no país, de milho geneticamente modificado

Safra de milho transgênico preocupa senadores

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará audiência pública para discutir o plantio da primeira safra de milho transgênico autorizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), conforme requerimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado ontem.

Por sugestão de Gilberto Goellner (DEM-MT), o debate será realizado em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), uma vez que Marisa Serrano (PSDB-MS) e Marina Silva (PT-AC) também requereram audiência com a mesma finalidade naquela comissão.

Serys afirmou que decidiu pedir a audiência por estar preocupada com os mecanismos de controle para diferenciar o milho transgênico do convencional. A falta de controle, avaliou, poderá causar prejuízos econômicos ao setor.

Segundo matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, informou Gilberto Goellner, o país está



Marisa Serrano (E), Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini e Romeu Tuma na CRA

perdendo o controle dos tipos de milho devido à falta de armazéns. De acordo com o parlamentar, a colheita do cereal coincide com a de soja – grão mais lucrativo para os produtores – e o milho não é armazenado corretamente.

Outro requerimento aprovado pela CRA, do senador Au-

gusto Botelho (PT-RR), convida o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para participar de audiência pública sobre os programas Mais Alimentos, Terra Legal Amazônia e Territórios da Cidadania. Para Augusto, esses programas são importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Serys alerta para mistura com grão convencional

Os produtores rurais poderão ter grandes prejuízos se as lavouras de milho tradicional e as de milho geneticamente modificado continuarem sendo misturadas, alertou ontem Serys Slhessarenko.

Sem o devido controle dos cultivos, o agricultor que tenha optado pela produção tradicional poderá ser obrigado a pagar *royalties* à empresa responsável pela distribuição de sementes de milho transgênico. No entanto, o produtor de milho tradicional perderá mercado se for constatado que parte da cultura entregue por ele é geneticamente modificada.

– Não estou discutindo se um tipo de milho é melhor ou pior do que o outro, mas o mercado



Serys acredita que produtores rurais terão prejuízos com *royalties*

que exige milho tradicional precisa receber o milho tradicional – disse Serys.

Marcha dos prefeitos

Em saudação aos administradores municipais que chegaram

a Brasília para mais uma Marcha dos Prefeitos, nesta semana, Serys ressaltou que o movimento conta com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo ela, o primeiro presidente que tomou a iniciativa de debater os problemas municipais diretamente com os prefeitos.

O principal objetivo da marcha é discutir o pacto federativo e as consequências da crise econômica. As maiores cobranças a respeito dos efeitos da crise não podem recair sobre os prefeitos, afirmou.

– Sou municipalista por convicção. O poder municipal é muito mais acessível à população, e precisamos cada vez mais descentralizar as políticas públicas.

Rejeitado projeto que torna invasão de terra crime hediondo

Projeto de lei que visa enquadrar a invasão de imóveis rurais com fins políticos no rol dos crimes hediondos foi rejeitado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), argumentou que o regime democrático não pode impedir manifestações da sociedade e ressaltou que o Código Penal já prevê punições aos excessos praticados pelos invasores de terras. A matéria ainda será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Delcídio disse que, quando há depredação de bens, os responsáveis podem ser condenados na esfera civil a pagar os prejuí-

zos causados. A proposta (PLS 264/06) é da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, criada em 2003 para examinar a estrutura fundiária brasileira e os processos de reforma agrária.

Os senadores que participaram da reunião da CRA concordaram com Delcídio que tais crimes não devem ser considerados hediondos. No entanto, observaram que, apesar de as invasões de terras já estarem contempladas no Código Penal, nem sempre a legislação é cumprida de forma a punir quem depreda propriedades particulares.

O presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), alertou para a possibilidade de haver banalização dos crimes



Delcídio Amaral, relator, diz que Código Penal já prevê punições

hediondos. Em sua opinião, tais crimes têm características diferentes, já que causam aversão pelo requinte de crueldade com que são praticados.

– É possível reforçar um pouco mais a proteção do direito de propriedade, mas não colocar tudo na cesta dos crimes hediondos – disse.

Comissão de Justiça ouviu representante do governo a respeito da Política Nacional sobre Drogas e pessoas que desenvolvem projetos alternativos para combater o problema

Juízes exageram nas penas por tráfico, diz professora

OS JUÍZES BRASILEIROS estão optando por sentenciar com penas de prisão por tempo acima do razoável jovens tidos como pequenos traficantes de drogas, mesmo quando esses réus não tiveram condenações anteriores nem fazem parte de organizações criminosas. O problema foi apontado pela professora Luciana Boiteaux, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na audiência realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para debater a Política Nacional sobre Drogas.

– São pessoas que ainda podem ser resgatadas, mas nesses casos a legislação impede a aplicação de penas alternativas e os juízes ainda optam por penas mais duras – afirmou.

Pela nova Lei de Drogas, de 2006, traficantes devem ser

condenados com prisão de cinco a 15 anos. Mesmo sem prever as chamadas penas alternativas, essa lei permite, no entanto, que o juiz reduza a pena de um sexto a dois terços do tempo, desde que o réu seja primário, tenha bons antecedentes e não integre organização criminosa.

Pelo governo, participou da audiência a secretária-adjunta da Secretaria Nacional Antidrogas, Paulina Duarte, que sintetizou as linhas da Política Nacional sobre Drogas. Ela explicou que as ações articulam o setor público e a sociedade em três frentes de atuação: a prevenção, para evitar que a juventude se envolva com as drogas; as ações policiais para reprimir o tráfico; e, na área da saúde, medidas para o tratamento dos usuários.

A audiência contou também

com a participação de representantes de três projetos sociais considerados modelos. O padre Wilson Groh dirige em Florianópolis o Centro Cultural Escrava Anastácia, que usa o surfe como atrativo para envolver jovens em risco social. Já o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) é desenvolvido pelas polícias militares nas escolas. A iniciativa foi apresentada pelo coronel Oscar Rodrigues, da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. O projeto Lua Nova, o último apresentado, atua na cidade de Sorocaba, em São Paulo, exclusivamente com mulheres com histórico de envolvimento com uso de drogas. A coordenadora, Raquel Barros, explicou que o que se procura é conscientizar as mulheres de que podem ter vida nova e ser produtivas.



Em audiência na CCJ, Wilson Groh (E), Raquel Barros, Luciana Boiteux, senador Marco Maciel, Paulina Duarte e Oscar Rodrigues

Tuma quer que CNJ verifique tendência da Justiça

Romeu Tuma (PTB-SP) quer encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estudo apresentado à Comissão de Justiça do Senado, na audiência realizada ontem, que revela a tendência dos juízes de aplicar penas de prisão excessivamente duras contra jovens sem antecedentes criminais que estão se iniciando no pequeno tráfico de drogas. Para o senador, o órgão que fiscaliza as atividades do Judiciário e de seus membros poderá analisar os dados e verificar se existem falhas de entendimento que mereçam correção. Uma das responsáveis pelo estudo,

a professora Luciana Boiteux, apresentou suas conclusões na audiência (*leia acima*).

No debate, Marina Silva (PT-AC) disse que a questão das drogas é complexa, mas seu enfrentamento não é impossível. Para ela, o Estado tem que dedicar todo esforço possível para garantir a reinserção dos usuários na vida social e produtiva. Conforme a senadora, muitas pessoas só dependem de “brechas” de oportunidade para reinventarem suas vidas, e “cabe ao Estado não somente oferecer a elas pequenas aberturas, mas abrir portas”.

Admirador do trabalho de conscientização contra as drogas feito por policiais militares em escolas de todo o país, por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), o senador Valter Pereira (PMDB-MS) pediu aos colegas apoio a projeto de sua autoria que se destina a institucionalizar esse trabalho das polícias militares. Assim, o programa passaria a contar com recursos para seu desenvolvimento regular. Para ele, o governo também precisa evitar a dispersão dos recursos destinados às políticas antidrogas.

Flávio Arns critica política do MEC para alunos com deficiência

A política adotada pelo Ministério da Educação (MEC) de inserção de alunos com deficiência em escolas regulares recebeu ontem duras críticas do senador Flávio Arns (PT-PR). A partir de recomendação da Secretaria de Educação Especial do MEC, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu diretriz contrária à inserção dos deficientes em instituições de educação especial, como as da Apae (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais) e do Instituto Pestalozzi.

A manifestação do CNE pode

significar a proibição a essas instituições “altamente especializadas” de acesso a recursos públicos, inviabilizando o seu funcionamento, afirmou.

Flávio Arns fez um apelo às pessoas com deficiência e a seus familiares para que se mobilizem contra a política do MEC. Mas afirmou que o próprio ministro da Educação, Fernando Haddad, já se manifestou a favor do apoio às escolas especiais.

– Ele disse que essa discussão está sepultada – informou, acrescentando ter pedido a



Flávio Arns diz que medida inviabiliza instituições altamente especializadas

Haddad que não homologue o documento do CNE. Flávio Arns recebeu a solidariedade dos senadores Augusto Botelho (PT-RR), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

CCJ decide sobre assistência jurídica gratuita a presidiário

Em sua última reunião no primeiro semestre, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar hoje, em decisão terminativa, projeto da Câmara que assegura assistência jurídica gratuita ao detento dentro do presídio. A proposta (PLC 43/09), que recebeu parecer favorável do relator, Osmar Dias (PDT-PR), altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84).

Entre as novidades, estão a delegação de competência à Defensoria Pública para requerer modificação das condições especiais impostas pelo juiz para a concessão de regime aberto, a modificação das condições especificadas na sentença para o cumprimento de pena e a extinção da pena privativa de liberdade para aquele que cumpriu corretamente as condições da liberdade condicional.

O projeto também determina à Defensoria Pública cuidar da execução regular da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, a defesa em todos os graus e instâncias.

Com 54 itens, consta ainda da pauta projeto (PLC 170/08) que modifica o Código do Processo Civil para incluir o e-mail como prova documental.

De acordo com o relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a adoção do e-mail como prova

documental tornará mais rápida a tramitação dos processos, apesar de ele poder ser impugnado pelo juiz, caso haja falsidade de informações.

Em outra decisão terminativa, a CCJ deve examinar projeto (PLS 692/07) da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) que garante aos avós, a critério do juiz, o direito de visitar os netos depois do fim do relacionamento conjugal dos pais da criança ou do adolescente.

Soldados da borracha

Projeto de Expedito Júnior (PR-RO) que concede aos chamados soldados da borracha os mesmos direitos dos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial obteve parecer favorável de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e também pode ser votado hoje pela comissão.

Recrutados no Nordeste nos anos de 1942 e 1943 pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, os soldados da borracha tinham a função estratégica de coletar borracha para a indústria bélica americana.

Entre os direitos concedidos pela PEC, estão o aproveitamento deles no serviço público, sem a exigência de concurso público; pensão especial; assistência médica, hospitalar e educacional gratuitas; e prioridade na aquisição da casa própria.